

AS OBRAS SEISCENTISTAS NO MOSTEIRO DE S. SALVADOR DE GANFEI*

Por **Lúcia Maria Cardoso Rosas**

«Não chegão os documentos do arquivo ao tempo da fundação, motivo porque seguirei a opinião mais comum que atribui a primeira fábrica de Ganfey a S. Martinho Dumense ou a S. Fructuoso, consta porém que existia antes do ano 691 no qual deu ao mosteiro de Azere para prior, o monge Frei Sisnando»¹.

Esta história sobre a fundação do mosteiro de S. Salvador de Ganfei foi fixada nas crónicas do século XVII. Repetida, posteriormente, na Corografia Portuguesa e no Portugal Antigo e Moderno, insere-se no gosto da literatura monástica da época em atribuir grande antiguidade às

* O presente texto desenvolve alguns aspectos aflorados no nosso trabalho «*A Escultura românica nas igrejas da margem esquerda do rio Minho*», provas científico-pedagógicas/Fac. de Letras, 2 v., dactil., Porto, 1987, trabalho este orientado pelo Prof. Doutor Artur Nobre de Gusmão, cremos que melhor homenagem não encontraríamos que a exploração de aspectos para os quais a nossa atenção foi desperta por este Mestre e Amigo.

¹ Frei António da Assumpção Meirelles, *Memórias para a história geral da congregação de S. Bento de Portugal. Memórias para a história particular do Mosteiro de Ganfey fundadas nos documentos do arquivo do mesmo Mosteiro, que examinei no ano de 1776*, fl. 3. Ms, Mosteiro de Singeverga.

casas religiosas, ligando-as, sempre que possível, a um prestigiado fundador.

A origem de S. Teotónio — «vico ganfei oriundus»² — a presença das relíquias de S. Ganfei e a sua fama em Portugal e na Galiza³, a proximidade da estrada para Santiago, a permanência no mosteiro de Pedro Afonso, conde de Barcelos aquando das guerras com Castela⁴ e a acção dos monges de Ganfei nos combates travados na fronteira galega durante as guerras da restauração, tão vivamente exaltada por Frei Leão de S. Tomás⁵, contribuíram para rodear de prestígio este mosteiro beneditino do padroado real⁶, um dos mais importantes da Ribeira Minho em riqueza e programa construtivo.

Pela sua proximidade da estrada, que de Braga seguia para Santiago, o mosteiro deve ter desempenhado, desde cedo, a função de acolher viajantes e peregrinos, prática comum na época medieval quando não existiam instalações próprias como albergarias ou estalagens⁷.

Na Idade Moderna assim era. Tinha «cerca larga e sobretudo largueza na charidade para com os pobres hospedes e Peregrinos, que continuamente a ella acodem por estar a caza edificada junto à estrada Real para Santiago»⁸.

As relíquias de S. Ganfei que o mosteiro guarda — hoje na capela-mor — foram célebres pelo menos a partir do século XVII, e o seu afamado poder miraculoso contra «o mal da tosse» fazia acorrer a Ganfei peregrinos portugueses e galegos^{8a}.

O programa da sua igreja de três naves, pouco habitual no românico português do Entre-Douro-e-Minho⁹, assim como as reformas e ampliações

² P. M. H., *Scriptores*, I, Lisboa, 1888, p. 80.

³ António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa*, 1.º V., Lisboa, 1706, p. 242.

⁴ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*.

Prefácio e Notas de José Mattoso, P. M. H., Nova Série, V. II, Academia das Ciências, Lisboa, 1980, p. 277.

⁵ José Mattoso, Prefácio a *Benedictina Lusitana* de Frei Leão de S. Tomás, J. N. C. H., Lisboa, 1974, p. XXVIII.

⁶ P. M. H. — *Inquisitiones* (Inquirições de D. Afonso III — 1.º alçado), Lisboa, 1881, T. I, P. 365.

⁷ C. A. Ferreira de Almeida, *Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho*, tese de licenciatura policopiada, Porto, 1968, p. 79.

⁸ Frei Leão de S. Tomás, *Benedictina Lusitana*, Lisboa, J. N. C. M., 1974, 2.ª edição, V. I, parte II, p. 421.

^{8a} Idem, *ibidem*.

⁹ C. A. Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, tese de doutoramento policopiada, Porto, 1978, V. II, p. 93.

que recebeu ao longo das épocas medieval e moderna, são aspectos que poderão estar relacionados com essa função.

Da fundação do mosteiro nenhum documento chegou até nos, nem da sua reedificação «pellos annos de Cristo de 1018»¹⁰.

António de Assunção Meirelles refere uma epígrafe que relataria esta acção de D. Ganfredo numa «pedra achada no edifício antigo e que se enterrou nos alicerces da obra nova»¹¹. Nada aconselha a basearmo-nos nesta notícia, com muito poucas probabilidades de ser autêntica. A datação pelo ano de Cristo parece indicar uma tradição firmada na época moderna e a estória da pedra enterrada no edifício novo não faz sentido, já que se tivesse sido realmente encontrada os monges de Ganfei não perderiam a oportunidade de a juntar às preciosas relíquias do seu santo.

O próprio Assunção Meirelles no índice do arquivo de Ganfei, datado de 1796, escreve que apesar de o mosteiro ser um dos mais antigos da congregação «não aparece no cartório documento algum antes da era de 1304»¹².

A mais recuada referência a S. Salvador de Ganfei constava de um documento hoje perdido, e citado nas Inquirições de D. Afonso III. Trata-se de uma doação feita por D. Teresa, de S. Paio de Mozelos (Paredes de Coura), a Paio Guterres, com a condição de, por sua morte, o deixar aos mosteiros de Santa Maria de Oia e de S. Salvador de Ganfei¹³.

O mosteiro estaria assim fundado ao tempo do governo de D. Teresa (1112-1128). É provável a tradição que o liga a D. Ganfrido / S. Ganfei tenha fixado uma fundação do século XI, época que sabemos fértil na fundação de igrejas¹⁴, altura da introdução da regra de S. Bento na Península e da renovação na liturgia, que orientou muitas vezes a construção de novos edifícios¹⁵.

¹⁰ Frei Leão de S. Tomás, *op. cit.*, p. 420.

¹¹ Frei António da Assumpção Meirelles, *Ms. cit.*, fl. 3.

¹² Idem, A. N. T. T., *Índice do Arquivo de Ganfei*, conventos de Viana do Castelo, sala 1, 353.

¹³ P. M. H., *Inquisitiones* (Inquirições de D. Afonso III — 1.ª alçada), Lisboa, 1888, T. I, p. 357.

Vd. também *Documentos Medievais Portugueses*, ed. de Rui de Azevedo, Lisboa, 1940, T. II, I, p. 517.

¹⁴ C. A. Ferreira de Almeida, *Arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, tese de doutoramento policopiada, Porto, 1978, V. I, p. 43.

¹⁵ Sobre estes dois temas veja-se, José Mattoso «A introdução da regra de S. Bento na Península Ibérica» e «Data da introdução da Liturgia romana na Diocese de Braga», in *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, I. N. C. M., Lisboa, 1982, pp. 73-90 e 91-102, respectivamente. Veja-se também, do mesmo autor, «A Nobreza Medieval Portuguesa». As correntes monásticas dos séculos XI e XII» in *Portugal Medieval — Novas interpretações*, I. N. C. M., Lisboa, 1985, pp. 197-223.

No reinado de D. Sancho I (1185-1211) devia o mosteiro ser bastante próspero porque o seu abade fez em Valença «(...) outra ecclesia, fora do muro que ora é contra o rio, que chamam Sanctus Vicentius (...)»¹⁶, participando activamente no povoamento promovido pelo rei e para o qual muito contribuiu o próprio bispo de Tuy¹⁷.

Na Monarquia Lusitana, escreveu Frei Francisco Brandão que o mosteiro foi reedificado por D. Pedro, conde de Barcelos, aquando da sua presença em Riba Minho por ocasião das guerras com Castela¹⁸. Se Assunção Meirelles não encontrou no arquivo as «memórias» que Frei Francisco diz terem sido a sua fonte¹⁹, parece ter sido real a estadia do conde de Barcelos no mosteiro por 1336, conforme refere o seu livro de Linhagens²⁰ que, no entanto, não menciona qualquer reedificação.

Cerca de trinta anos depois da permanência de D. Pedro, sabemos que a instituição passara por dificuldades que D. Pedro I tentou compensar em carta 1363 «per que o dito mosteiro possa aver e teer os beens que lhe deixaren»²¹.

Explica o abade Vicente Fernandez, ao rei, que se encontrava em Valença, «que o dito mosteiro foi delapidado e dāpnificado per tal guisa que non avia en el nehũa cousa de mantijmento (...). E que veendo el em como o dicto moesteiro assi ficava desemparado que se foy pera el com grande algo que tijna o qual despēdo em mantijmento e repayramento do dicto moesteiro»²².

O estado precário de S. Salvador de Ganfei deverá relacionar-se com o fenómeno mais vasto de crise dos mosteiros beneditinos, que ao longo do século XIII viram os seus celeiros pilhados por patronos ou cavaleiros e que, a partir de meados do século XIV iniciaram um período de nítida degradação que iria levar em 1567 ao aparecimento da congregação de S. Bento de Portugal²³.

¹⁶ P. M. H. *Inquisitiones* (Inquirições de D. Afonso III — 1.ª alçada), Lisboa, 1888, T. I, p. 365.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Frei Francisco Brandão, *Monarchia Lusitana*, V parte, 1650, p. 184.

¹⁹ Frei António da Assumpção Meirelles, *Ms. cit.*, *Memórias para a História particular* (111), fl. 6.

²⁰ *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Prefácio e Notas de José Mattoso, P. M. H., Nova Série, V. II, Academia das Ciências, Lisboa, 1980, p. 277.

²¹ *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, I. N. C. M., Lisboa, 1984, Doc. 960.

²² Idem, *ibidem*.

²³ Sobre a periodização da história dos beneditinos em Portugal. Veja-se, José Mattoso, «Panorâmica da História Beneditina Portuguesa durante a Idade Média» in *Portugal Medieval. Novas interpretações*, I. N. C. M., Lisboa, 1985, pp. 259-272.

Apesar de a carta de D. Pedro I, não garantir qualquer obra na igreja ou mesmo nos aposentos conventuais — o «*repayramento*» pode dizer respeito à instituição e não aos edifícios — a *recuperação* do mosteiro, que o documento testemunha, pode ter sido acompanhado de obras importantes.

O curto espaço de tempo que mediou entre a estadia do Conde de Barcelos — 1336-1340 (?) — e a acção renovadora do abade Vicente Fernandez — já em 1350 abade de Ganfei²⁴ — pode ter contribuído para que se formasse a tradição de ter sido Pedro Afonso o reedificador.

O nome do conde de Barcelos prestigiaria as obras que devem de facto ter sido realizadas por meados do século XIV. Voltaremos a este assunto.

A partir de 1499, por doação de D. Manuel, os marqueses de Vila Real passam a deter o padroado e a nomear os comendatários do mosteiro²⁵.

Do relatório de Frei Alonso Zorilla de 1562-1565 consta que estavam sovegados, os mosteiros de «Ganfe, St. Finx y St. Joan do Longavares», e o reformador sugere que «juntados todos los dichos podrian hazer una massa gruesa por que sua Alteza haga una casa muy principal de la Ordem de S. Bento en este reyno»²⁶, recomendação que não se concretizou. Sanfins de Friestas e Longos Vales irão pertencer aos jesuítas, e só Ganfei será atingido pela Reforma e incorporado na Congregação de S. Bento em 1588, com resistências dos marqueses de Vila Real que mantiveram um litígio até 1617²⁷.

As guerras da Restauração agitaram a vida do mosteiro que em 1641 aquartelou as tropas que guardavam a praça de Valença e em 1658 foi assaltado pelos espanhóis, que destruíram portas e janelas²⁸.

Os edifícios do mosteiro devem ter sofrido graves danos por esta altura. Nos anos seguintes iriam receber reformas importantes, continuando uma série de obras que podemos conhecer desde 1629, através dos

²⁴ Frei António da Assumpção Meirelles, *Ms. cit., Memórias para a história particular (...)*, fl. 6 v.

²⁵ Idem, *ibidem*.

²⁶ E. Zaragoza Pascual, «Reforma de los Benedictinos portugueses (1564-1565)» in *Bracara Augusta*, XXXV, 1981, p. 288.

²⁷ Frei António da Assumpção Meirelles, *Ms. cit., Memórias para a história particular (...)*, prova n.º 6.

²⁸ Idem, *ibidem*, prova n.º 8, sobre este assunto veja-se igualmente: Ângelo Pereira, «Os frades portugueses e as guerras da independência», in *Ocidente*, T. IX, 1940, p. 290.

Registos trienais dos Livros dos Estados dos Mosteiros que a Congregação de S. Bento de Portugal obrigou a redigir a partir de 1629/32²⁹.

Durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a igreja e os edifícios conventuais de S. Salvador de Ganfei estiveram constantemente em obras. Referir-nos-emos às mais importantes.

Em 1632, ano em que se começava a construir «a fundamentis», o 1.º lanço do claustro, «fecharam-se as duas portas que estavam na galeria de pedra e cal e as tres frestas que chaem sobre a igreja da mesma banda»³⁰.

De 1635 data o registo de importantes obras porquanto «no princípio do triénio servia de igreja hũm dormitório, se fez toda a força por acabar a obra da igreja velha que estava comessada (...)»³¹.

Uma nova igreja estava pois iniciada, o que não implica que possamos datar deste triénio a sua construção.

Nestes anos «se levantou de novo de cantaria a parte do frontespício que estava caida e juntamente a parte por detras da igreja lhe responde»³², aludindo-se certamente à cabeceira da igreja que teria sido nesta altura *reparada*, uma vez que a nova capela-mor, só viria a ser construída «a fundamentis» no triénio de 1759/61³³. Mas antes desta reforma maior, teve a cabeceira da igreja outras obras, no triénio de 1680/83, quando «veyo abaixo toda a impenna de sobre a capella-mor e se tornou alevantar»³⁴. O mesmo terá acontecido na fachada da igreja. Como vimos, ela teve obras entre 1632 e 1635, mas devem ter sido obras de *reparação* porque o novo frontespício iria ser feito «a fundamentis» cerca de trinta anos mais tarde, obra registada no Relatório do triénio de 1681/83³⁵.

A fachada foi feita «ao moderno, obra liza e magestosa, que assi como está no monte, poderia estar na cidade»³⁶. É com orgulho que os monges de Ganfei noticiam a sua construção. O gosto de fazer «ao moderno», não exclui contudo que parte da igreja antiga tivesse sido mantida.

²⁹ António Cruz, *Alguns fundamentos económicos e sociais da renovação seiscentista na ordem beneditina*, sep. de *Bracara Augusta*, V. XXVII, Fasc. 63 (75), 1973, Braga, 1974, p. 5.

³⁰ A. D. B. *Congregação de S. Bento de Portugal. Estados dos Mosteiros Ganfei — 1629 — 1758*. 1632.

³¹ *Idem*, 1635.

³² *Idem*, *ibidem*.

³³ *Idem*, 1761.

³⁴ *Idem*, 1683.

³⁵ *Idem*, *ibidem*.

³⁶ *Idem*, *ibidem*.

No mesmo triénio em que foi feita a nova fachada «desfizeram-se os arcos que compõem as naves e se tornaram a levantar»³⁷, o que coloca problemas de vária ordem no estudo desta igreja, já que precisamente os arcos formeiros e os seus capitéis são, com os absidiolos e o muro do lado do Evangelho³⁸, os elementos considerados medievais da igreja de Ganfei.

Pensamos que, em primeiro lugar, é de realçar o facto de estes arcos e os seus capitéis não terem sido substituídos numa época em que a igreja esteve tanto tempo em obras e em que a nova moda de construir atraía, como vimos, os monges de Ganfei. Poder-se-ia falar em falta de meios para reconstruir a igreja, mas essa hipótese não é plausível, uma vez que as obras são constantes, e que os próprios arcos foram deitados abaixo e novamente construídos, o que implica que deliberadamente não foram substituídos por outros.

O aparelho das enjuntas apresenta a irregularidade do aparelho da parede exterior da nave do Evangelho, o que constitui mais um indicador das reformas destes elementos.

As provas da antiguidade de uma fundação são, na época moderna, de grande valor porque conferem prestígio. Julgamos que em Ganfei se associam as duas atitudes dos homens da época moderna, cujo conhecimento é importante no estudo dos nossos edifícios religiosos: o gosto em construir conforme as novas modas — acompanhado da criação de novos espaços, cenários de um culto cada vez mais espectacular — tendo, para isso, de destruir o antigo, e o desejo de conservar a memória prestigiante do passado, não unicamente através da palavra escrita (veja-se como nas crónicas as fundações dos mosteiros são recuadas no tempo), mas materialmente, através da permanência de parte das construções e da sua escultura.

É importante sabermos que os arcos foram mexidos, o que que poderia ter alterado a sua proporção com as dimensões da igreja.

Tem sido chamada a atenção para a semelhança dos pilares de Ganfei com os da próxima igreja de S. Bartolomeu de Rebordans³⁹. S. Bartolomeu é uma igreja que Bango Torviso data dos princípios do século XII, mas que relaciona com a tradição hispânica⁴⁰, o que os pilares

³⁷ Idem, *ibidem*.

³⁸ Como a igreja de Ganfei não se encontra canonicamente orientada, utilizaremos, para maior clareza de exposição, as designações: lado do Evangelho e lado da Epístola.

³⁹ C. A. Ferreira de Almeida. *A arquitectura Românica de Entre-Douro-e-Minho*, tese de doutoramento policopiada, Porto, 1978, V. II, p. 106.

⁴⁰ J. G. Bango Torviso, *Arquitectura Românica en Pontevedra*, F. Pedro Barrié de la Maza, Pontevedra, 1979, p. 235.

— de secção rectangular — e o espaço «apertado» sugerem. A espacialidade de Ganfei é completamente diferente porque diferentes são também as proporções. O corpo da igreja é mais alongado e a nave central é também, relativamente às colaterais, mais larga em Ganfei. A medida da secção dos pilares é pouco maior que em Rebordans e os pilares estão mais afastados uns dos outros. A dimensão dos vãos é, pois, muito mais dilatada. No entanto, a pouca altura e a fraca profundidade dos absidíolos parecem corresponder a um corpo menos alongado e mais compartimentado, apesar de ser frequente na Galiza o tipo de igreja de absides muito baixas relativamente às naves⁴¹.

Na Galiza encontrámos um tipo de espaço semelhante em Santa Maria de Acibeiro, que Torres Balbás data de c. 1200, enquanto Bango Torviso e Angel del Castillo optam por uma datação na segunda metade do século XII⁴² e na transformada igreja de San Salvador de Camanzo, a que Bango Torviso atribui uma cronologia que vai de 1160 a 1200⁴³.

Apesar de certas afinidades com estes exemplos galegos, o sentido longitudinal das naves de Ganfei, a verticalidade dos vãos — repare-se que os arcos ficam a pouca distância da cobertura da igreja — e a sua altura conjugam-se para criar um espaço amplo e aberto que nos recorda a arquitectura praticada pelas ordens mendicantes, apesar do arcaísmo dos pilares.

Tanto em Portugal como na Galiza, as construções das ordens franciscana e dominicana terão começado a surgir no primeiro quartel do século XIII⁴⁴, prolongando-se no século seguinte. As suas influências poderão ter chegado a Ganfei nesse período.

Terá sido o corpo da igreja reformado no século XIV, como indica a tradição já atrás referida e como sugere o espaço?

Actualmente a igreja apresenta uma luminosidade barroca, e como já vimos, as obras da Época Moderna alteraram a altura das naves. O que nos parece claro é que o corpo da igreja de Ganfei não possui uma espacialidade românica apesar da escultura que apresenta.

⁴¹ J. J. Martin Gonzalez, *Iglesias inclinadas de Galicia*, separata de *Archivo Español de Arte*, t. XXXVII, n.º 145, 1974, Madrid, Instituto Diego Velazquez, 1964.

⁴² J. G. Bango Torviso, *op. cit.*, p. 152. Santa Maria de Acibeiro adere à Ordem de Cister, em 1225, como refere Bango Torviso e confirma José Carlos Valle Perez in *Arquitectura Cisterciense in Galicia*, F. Pedro Barrié de la Maza, Pontevedra, 1982, V. I, p. 25. Ambos consideram que o programa construtivo de Acibeiro nada tem a ver com a arquitectura praticada pelos cistercienses, na Galiza.

⁴³ J. G. Bango Torviso, *op. cit.*, p. 164.

⁴⁴ Mário Tavares Chicó, *Arquitectura Gótica em Portugal*, Livros Horizonte, Lisboa, 1979, pp. 85-98. Veja-se igualmente J. M. Caamaño Martinez, *Contribucion al estudio del gótico en Galicia* (Diocesis de Santiago), Valladolid, 1962, p. 11.